



ASSEMBLEIA
FISCALIZA

Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
Igor Mascarenhas Eto
Secretário de Estado
Belo Horizonte, junho de 2021.

RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
DE AÇÕES | SEGOV



FICHA TÉCNICA

Governador do Estado de Minas Gerais
Romeu Zema Neto

Vice Governador do Estado de Minas Gerais
Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário de Estado de Governo
Igor Mascarenhas Eto

Secretário Adjunto de Estado de Governo
Gustavo de Faria Dias Corrêa

Chefe de Gabinete
Juliano Fisicaro Borges

Assessor Especial
Rodrigo Freitas Gomes

Subsecretário de Coordenação e Gestão Institucional
Felippe Ferreira de Mello

Subsecretário de Articulação Institucional
Samir Carvalho Moysés

Superintendente de Imprensa Oficial
Rafael Freitas Corrêa

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças
Marcelus Fernandes Lima

Superintendente Central de Atos
Mairon Oliveira Martins da Costa

Projeto Gráfico
Superintendente de Assuntos Parlamentares
Leorges de Araújo Rodrigues

Elaboração
Assessor Estratégico
Túlio Almeida Lopes

SUMÁRIO

Subsecretaria de Articulação Institucional.....	04
Proposições.....	05
Novo SIAPLE.....	12
Subsecretaria de Coordenação e Gestão Institucional.....	13
Gabinete SCGI.....	14
Superintendência Central de Convênios e Parcerias (SCCP).....	16
Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (SADM).....	18
Superintendência de Imprensa Oficial.....	19
Informações Financeiras.....	19
Projetos.....	21
Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças.....	22
Panorama de compras e contratos celebrados no período de janeiro a abril de 2021..	22
Total de compras por tipo de procedimento.....	24
Contratos administrativos.....	24
Contratos de receita.....	29
Diretoria de pessoal dos serviços notariais e de registro.....	29



subsecretaria
de Articulação Institucional

Proposições

Entre 1º de dezembro de 2020 a 29 de junho de 2021, foram sancionadas 125 leis e uma lei complementar. Além disso, a Subsecretaria de Articulação Institucional - Subseai, por meio da Superintendência de Assuntos Parlamentares – SAP, realizou no corrente ano o acompanhamento de 976 (novecentos e setenta e seis) requerimentos aprovados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG - sendo 572 (quinhentos e setenta e dois) de providências e 404 (quatrocentos e quatro) de informações - contendo em sua maioria questões relativas às ações de combate à pandemia de Covid-19 realizadas pelo Executivo estadual.

Ainda sobre o processo legislativo, apresentam-se a seguir as proposições de autoria do Governador Romeu Zema Neto em tramitação na ALMG até a presente data, as quais constituem objeto de constante acompanhamento pela Subseai:

• Projeto de Lei nº 2.771/2021

Apresentado em 28 de maio de 2021 à ALMG, autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais até o limite de R\$256.000,00 (duzentos e

cinquenta e seis mil reais), quantia destinada a atender a Outras Despesas Correntes. Para tanto, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da receita de Convênios, Acordos e Ajustes da União, até o valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e da anulação de dotação orçamentária, do grupo de Outras Despesas Correntes, da fonte de Recursos Ordinários, até o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais).

• Projeto de Lei nº 2.770/2021

Apresentado em 28 de maio de 2021 à ALMG, autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado, Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e Fundo Especial do Ministério Público do Estado.

O projeto configura-se como importante e necessária medida para a continuidade das atividades institucionais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

• Projeto de Lei nº 2.707/2021

Apresentado em 14 de maio de 2021 à ALMG, dispõe sobre diretrizes para elaboração e execução da Lei

Orçamentária para o exercício de 2022.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias assume função primordial na condução da política fiscal do governo, sobretudo no cenário atual demarcado por adversidades e incertezas inerentes ao enfrentamento a pandemia. Ainda em um cenário de grave dificuldade financeira e fiscal, o projeto aponta para uma tendência de crescimento das despesas inferior ao aumento das receitas no mesmo período.

• Projeto de Lei nº 2.657/2021

Apresentado em 16 de abril de 2021 à ALMG, institui o Projeto Mãos Dadas, o qual pretende oferecer um mecanismo de colaboração entre o Estado e os Municípios, com equilíbrio no compartilhamento de responsabilidades e na acessibilidade a recursos financeiros, técnico-operacionais e de pessoal considerados fundamentais para se alcançar o êxito no cumprimento do Plano Estadual de Educação.

O projeto visa garantir maior eficiência no repasse de recursos aos Municípios que manifestarem o interesse de assumir a manutenção das unidades de ensino, contribuindo, pois, para o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados.

• Projeto de Lei nº 2.509/2021

Apresentado em 25 de fevereiro de 2021 à ALMG, fortalece a estrutura da Fundação Ezequiel Dias e altera a Lei 22.257/2016, e a Lei 23.304/2019.

Com a criação da fundação pública, o projeto pretende tornar Minas Gerais referência nacional e internacional no ensino, pesquisa, inovação, capacitação e vigilância em saúde e biossegurança, possibilitando, assim, a melhoria na prestação do serviço público a sociedade, a partir da racionalização e eficiência administrativas.

• Projeto de Lei nº 2.508/2021

Apresentado em 25 de fevereiro de 2021 à ALMG, autoriza a abertura de crédito suplementar em decorrência de termo judicial de reparação dos impactos socioeconômicos e socioambientais que especifica.

O referido termo judicial, homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado em 4 de fevereiro de 2021, resultou de atuação firme e integrada do Poder Executivo, do Ministério Público do Estado, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Estado em ações movidas em face da Vale S/A em razão do rompimento de barragem na Mina Córrego do Feijão, Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019.

Destaca-se que o termo judicial não se desvela apenas em valores, mas também em ações de múltiplas naturezas a serem realizadas tanto pela referida empresa quanto pelo Estado e Municípios, respaldando em alcances materiais e imateriais ao povo mineiro.

• Projeto de Lei nº 2.275/2020

Apresentado em 19 de novembro de 2020 à ALMG, cria o Sistema Estadual de Inspeção e Fiscalização de Minas Gerais.

O projeto busca garantir que estabelecimentos elaboradores de produtos de origem animal registrados juntos aos Serviços de Inspeção Municipal – SIMs tenham a equivalência ao Instituto Mineiro de Agropecuária, o que autoriza a comercialização do produto inspecionado em qualquer parte do território do Estado, fomentando o desenvolvimento regional e a expansão dos mercados consumidores intermunicipais mineiros.

• Projeto de Lei nº 2.274/2020

Apresentado em 19 de novembro de 2020 à ALMG, altera a Lei 18309, de 3 de agosto de 2009, que

estabelece normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cria a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG - e dá outras providências.

A modernização da prestação de serviços públicos – por entidades públicas ou privadas – com maior eficiência para seus destinatários e menores custos para o Estado demanda aperfeiçoamento normativo, estrutural, operacional, financeiro e funcional das respectivas agências regulatórias mostra-se urgente.

Nesse sentido, o projeto tem a finalidade de ampliar a competência regulatória da agência para incluir o setor de distribuição de gás canalizado, tornando mais precisas as funções regulatória, fiscalizatória e sancionatória, desvelando a potencialidade de maior segurança jurídica para prestadores e usuários dos serviços públicos afetos à sua atuação.

• Projeto de Lei nº 2.273/2020

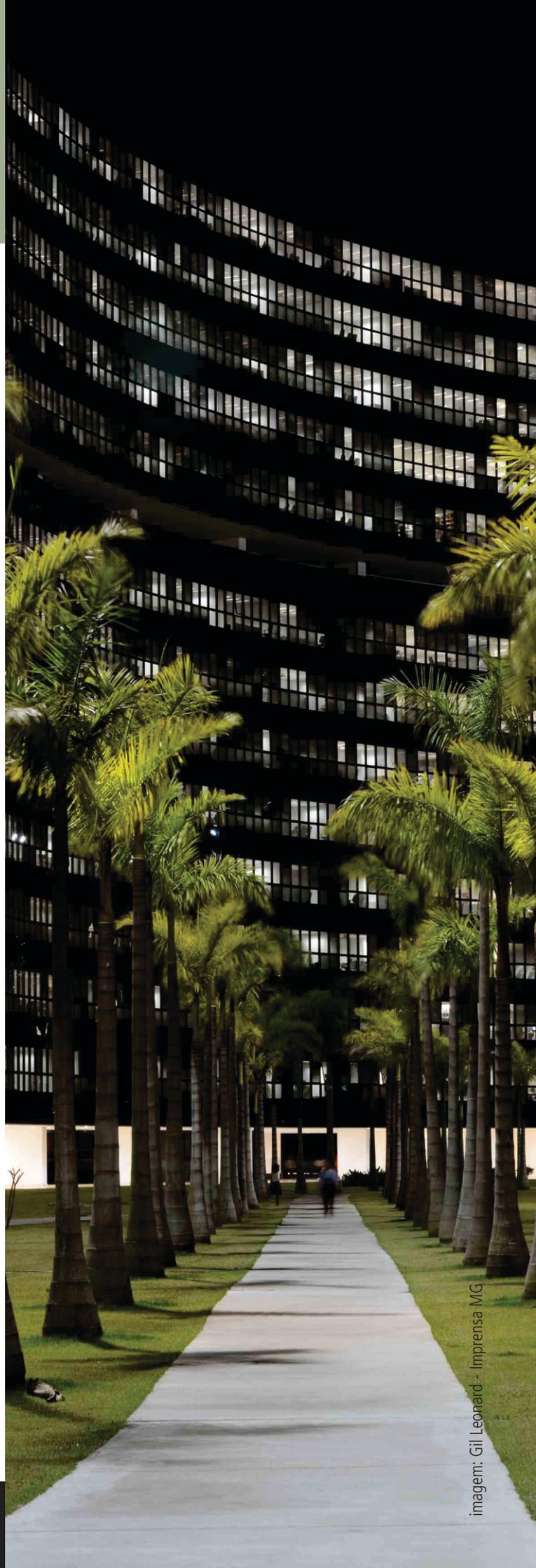
Apresentado em 19 de novembro de 2020 à ALMG, dispõe sobre a Política de Estímulo à Cidadania Fiscal no Estado - Nota Fiscal Mineira.

Com a finalidade de promover a educação fiscal, a conscientização do papel social do tributo como viabilizador das políticas públicas e o exercício da cidadania fiscal, pela união do governo e da sociedade na proteção às receitas públicas, o projeto se mostra como um mecanismo de inovação na gestão pública, alinhado com as melhores práticas nacionais.

• Projeto de Lei nº 2.252/2020

Apresentado em 29 de outubro de 2020 à ALMG, o projeto autoriza o Poder Executivo a receber da União, por meio de estadualização, trechos de rodovias federais.

O projeto identifica trechos rodoviários que estão atualmente sob a titularidade da União, sobre os quais o Estado tem interesse em incluí-los em seu Novo Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, criado em 2019, que visa, dentre outros objetivos, implementar projetos de concessão, restauração, ampliação, administração, operação, manutenção e exploração da malha rodoviária no âmbito do Estado.



Projeto de Lei nº 2.052/2020

Apresentado em 15 de junho de 2020 à ALMG, o projeto altera o art. 4º da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual; revoga a Lei 23655, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre a responsabilidade de autoridade estadual pelo exercício irregular do poder regulamentar.

O projeto tem por finalidade precípua disciplinar a responsabilização de servidores públicos pelas suas ações ou omissões, de forma a salvaguardar os atos praticados de boa-fé e garantir que as sanções administrativas recaiam somente sobre aqueles praticados com dolo ou erro grosseiro, em conformidade com o Decreto-lei Federal nº 4.657, de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), recentemente alterado.

• Projeto de Lei nº 1.287/2019

Apresentado em 06 de novembro de 2019 à ALMG, o projeto altera a Lei 23.304, de 30 de maio de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

O objetivo do projeto de lei é promover uma reestruturação administrativa visando alterações na vinculação de entidades da Administração indireta com vistas ao aperfeiçoamento da elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e, sobretudo, permitindo uma completa integração entre o planejamento e a execução das ações estatais.

Isso porque busca-se a constante excelência de serviços administrativos, a padronização dos processos com vistas a garantir a eficiência na prestação desses serviços e a mensuração com rapidez e precisão do desempenho dos processos, aumentando a capacidade de gestão e consequente economia para a administração estadual.

• Projeto de Lei nº 1.203/2019

Apresentado em 09 de outubro de 2019 à ALMG, o projeto autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig.

O objetivo do projeto de lei é autorizar o Estado a implementar medida exigida pelo inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de

maio de 2017, de modo a poder pleitear seu ingresso no Regime de Recuperação Fiscal. Ademais, considerando a grave situação fiscal em que o Estado se encontra, a medida é necessária e essencial para assegurar a continuidade da implementação de políticas públicas e incrementar as possibilidades de alçar o equilíbrio das contas públicas.

• Projeto de Lei nº 1.202/2019

Apresentado inicialmente em 9 de outubro de 2019 à ALMG, e em 25 de fevereiro de 2021 a redação substitutiva, o projeto autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências.

Diante do grave do contexto de grave crise financeira e do enquadramento legal e gerencial necessário e urgente para o seu enfrentamento, visa autorizar a adesão pelo Estado de medida que viabilize o alcance do equilíbrio das contas públicas, positivado pela Lei Complementar Federal nº 178/2021, demandando a implementação de medidas emergenciais e de reformas institucionais.

• Projeto de Lei nº 1.010/2019

Apresentado inicialmente em 13 de agosto de 2019 à

ALMG, o projeto autoriza o Estado de Minas Gerais, por intermédio do Poder Executivo, a permutar com o Município de Tapira os imóveis que especifica.

O objetivo de tal permuta é regularizar a atual ocupação dos imóveis estaduais por órgãos do Município de Tapira e por particulares. Destacamos, ainda, que os imóveis a serem recebidos pelo Estado servirão a órgãos estaduais, no exercício de suas competências.

• Projeto de Lei nº 876/2019

Apresentado inicialmente em 18 de junho de 2019 à ALMG, o projeto altera a Lei 6.310, de 8 de maio de 1974, que autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar empresa pública para o desenvolvimento e execução de pesquisas no setor da agropecuária.

O projeto pretende adaptar o texto da Lei nº 6.310, de 1974, às diretrizes da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

• Projeto de Lei Complementar nº 60/2021

Apresentado em 9 de junho de 2021 à ALMG, altera a Lei Complementar nº 132/2014, que institui o Regime

de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos Poderes do Estado e membros de Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição da República, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.

O projeto visa instituir o benefício especial referente às contribuições vertidas ao Regime Próprio de Previdência Social, para fins de migração para o Regime de Previdência Complementar de que trata a Lei Complementar nº 132/2014, em conformidade com o art. 34 da Lei Complementar nº 156/2020. Ademais, são feitas adequações naquele normativo, em consonância com a Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou o regime previdenciário e estabeleceu normas de transição.

•Projeto de Lei Complementar nº 48/2020 e Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2020

Decorrentes do desmembramento do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020 e da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, os quais tratavam da Reforma da Previdência, conforme pareceres emitidos pela CCJ.



Novo Siaple

Com o objetivo de melhorar a eficiência nos processos de acompanhamento e respostas às proposições em tramitação e aprovadas pela ALMG, bem como facilitar o relacionamento entre os poderes, está em desenvolvimento uma nova versão completamente repaginada do Sistema de Acompanhamento de Proposições Legislativas – Siaple.

Após o mapeamento de todos os processos que envolvem o relacionamento com a ALMG e a identificação das melhores ferramentas de Gestão da Informação disponíveis no Estado, a Subseai em parceria com a Assessoria Estratégica começou a especificação e o desenvolvimento do novo Siaple.

Neste sentido, a modernização do Siaple é essencial para adequá-lo às novas práticas legislativas, conferir maior segurança na transmissão de dados, agilidade no seu manuseio e a geração responsiva de relatórios, no intuito de facilitar o processo de tomada de decisões estratégicas. Ademais, propiciará a redução dos custos da manutenção e de armazenamento do sistema, bem como a acessibilidade em diferentes dispositivos.





IDEA

subsecretaria
de Coordenação e Gestão Institucional

A Subsecretaria de Coordenação e Gestão Institucional (SCGI), de acordo com o Decreto nº 47.792/2019, possui como competência a otimização da execução de emendas parlamentares, bem como o apoio ao Gabinete da SEGOV na coordenação dos processos de indicação e de execução orçamentária e financeira dessas emendas, a fim de fortalecer o alinhamento intragovernamental e a articulação política com o Poder Legislativo.

Para atender essa finalidade a SCGI é dividida em três estruturas: o Gabinete da Subsecretaria, a Superintendência Central de Convênios e Parcerias e a Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Municipal. Abaixo, serão pontuadas, brevemente, as principais entregas de cada área da Subsecretaria de Coordenação e Gestão Institucional em 2021.

Gabinete SCGI

O Gabinete da Subsecretaria de Coordenação e Gestão Institucional, dentre as principais atividades, realiza a análise de indicações de Emendas Parlamentares Estaduais bem como providencia o pagamento das emendas que estão aptas.

No que tange às emendas parlamentares impositivas 2019 e 2020, o Gabinete da SCGI deu continuidade aos trâmites de pagamento daquelas que estavam inscritas em restos a pagar. Já em relação as emendas impositivas 2021, os trâmites de análise e formalização ainda estão em andamento, para posterior conclusão do pagamento.

As tabelas abaixo especifica as entregas mencionadas:

2019		
Nº DE INDICAÇÕES 3.825	RS TOTAL INDICADO 352.256.859,94 RS TOTAL PAGO 345.414.763,69	PERCENTUAL EXECUTADO 98%
2020		
Nº DE INDICAÇÕES 6.001	RS TOTAL INDICADO 572.086.938,52 RS TOTAL PAGO 537.059.872,26	PERCENTUAL EXECUTADO 94%
2021		
Nº DE INDICAÇÕES 6.336	RS TOTAL INDICADO 748.359.624,25 RS TOTAL PAGO 187.020.324,34	PERCENTUAL EXECUTADO 25%

1 - VALORES APROXIMADOS.
2 - O PROCESSO DE EMENDAS IMPOSITIVAS 2021 AINDA ESTÁ EM FASE DE ANÁLISE E FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS, PARA POSTERIOR PAGAMENTO.

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MINAS GERAIS – SIAFI-MG E SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, PORTARIAS E CONTRATOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SIGCON-MG

Vale ressaltar que no caso das emendas parlamentares 2020 e 2021, muitas indicações foram direcionadas ao combate ao COVID-19, dada a situação de emergência enfrentada pelo Estado.

As tabelas abaixo representam um subitem dos valores totais das emendas parlamentares impositivas, especificando os recursos e as indicações destinados ao enfrentamento da pandemia.

2020		
Nº DE INDICAÇÕES 1.371	RS TOTAL INDICADO 185.406.623,87 RS TOTAL PAGO 181.643.787,76	PERCENTUAL EXECUTADO 98%
2021		
Nº DE INDICAÇÕES 316	RS TOTAL INDICADO 46.146.274,50 RS TOTAL PAGO 11.392.283,00	PERCENTUAL EXECUTADO 25%

1 - VALORES APROXIMADOS.
 2 - O PROCESSO DE EMENDAS IMPOSITIVAS 2021 AINDA ESTÁ EM FASE DE ANÁLISE E FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS, PARA POSTERIOR PAGAMENTO.

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MINAS GERAIS – SIAFI-MG E SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, PORTARIAS E CONTRATOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SIGCON-MG

Além disso, em 2021, foram executados, até o momento, R\$44 milhões relativos às emendas não impositivas.

3.1. Curso destinado aos atores envolvidos em Emendas Parlamentares Estaduais

A Secretaria de Estado de Governo, por intermédio da Subsecretaria de Coordenação e Gestão Institucional, elaborou um documento intitulado “Emendas Parlamentares Estaduais: cursos direcionados aos atores envolvidos no processo”.

Esse curso foi originado de discussões da SEGOV com a Escola do Legislativo e, em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tem como objetivo disponibilizar a capacitação para os principais beneficiários de emendas parlamentares estaduais: Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e municípios. Vale ressaltar que o curso também oferece informações relevantes para os assessores parlamentares, que são importantes atores envolvidos nesse processo, principalmente no tocante à interlocução com todos os beneficiários.

A proposta desses cursos foi enviada ao Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Agostinho Patrus, por meio do processo **SEI 1490.01.0002578/2021-51**, no dia 02/06/2021.

Superintendência Central de Convênios e Parcerias

A Superintendência Central de Convênios e Parcerias é a área central do Estado no que tange aos referidos instrumentos jurídicos. Além disso, é a Superintendência responsável pela gestão do sistema Sigcon-saída e pela gestão do Cadastro Geral de Convenentes (CAGEC), e por isso, também possui um papel fundamental na gestão e execução de emendas parlamentares estaduais. Abaixo, serão mencionadas as principais entregas dessa Superintendência em 2021.



SISTEMA DE GESTÃO DE
CONVÊNIOS E PARCERIAS

Processo Eletrônico Sigcon-MG - Módulo Saída - Disponibilização de funcionalidade de tramitação totalmente eletrônica dos processos de convênios de saída e parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), permitindo a inserção e assinatura digital de documentos diretamente no sistema.

a) Plataforma EAD: Criação e disponibilização da plataforma de Ensino a Distância da Superintendência Central de Convênios e Parcerias - SSCP (ead.sigconsaida.mg.gov.br) como forma de propor capacitações de órgãos e entidades estaduais e de parceiros sobre requisitos e procedimentos relativos a convênios de saída, termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação, incluindo materiais específicos sobre o Cagec e o Sigcon-MG - Módulo Saída.

b) Solicitações do Cadastro Geral dos Convenentes (CAGEC): Verificação das solicitações de Parceiros e Convenentes no Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais – Cagec, necessária à celebração de instrumentos e liberação de recursos de transferências financeiros de dotações pelo Estado de Minas Gerais.

2.890 análises
(até o dia 22/06/2021)

c) Atendimento aos usuários por meio do atendimento do Sigcon-MG - Módulo Saída e Cagec: Responder aos chamados criados pelos usuários, por meio da ferramenta Freshdesk, acerca de dúvidas e erros de sistema de usuários dos

sistemas corporativos Sigcon-MG - Módulo Saída e Cagec, bem como sobre a legislação nas áreas de convênios, parcerias e emendas parlamentares.

**1.503 tickets respondidos
(até o dia 22/06/2021)**

d) Publicação do Decreto nº 48.177 de 16 de abril de 2021: Revisa e atualiza o Decreto nº 47.132/2017 que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.

Altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 e dá outras providências.

e) Publicação do Decreto nº 48.162 de 25 de março de 2021: Dispõe sobre a prorrogação da vigência de convênios de saída, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação para termos de transferência gratuita de bens e sobre a suspensão de prazos de monitoramento, avaliação e prestação de contas desses instrumentos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, em razão da pandemia de COVID-19.

f) Orientações e Capacitações sobre as Emendas Impositivas 2021: Divulgação das diretrizes, procedimentos e prazos referentes ao processo de emendas parlamentares impositivas ao orçamento de 2021 aos assessores parlamentares e servidores estaduais.

Publicação da Resolução Segov nº 001 de 01 de fevereiro de 2021, realização de capacitações online e publicação de material de orientação no site do Sigcon-MG - Módulo Saída.

Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (SADM)

A Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Municipal é a parte técnica da SEGOV/SCGI, responsável pela celebração dos instrumentos jurídicos em que o órgão executor é a SEGOV. Dessa forma, a SADM possui um importante papel na execução de emendas parlamentares estaduais. Abaixo, destacam-se as principais entregas dessa Superintendência até o presente momento de 2021.

65 processos de Convênios aprovados: inclui os instrumentos que estão em processo de assinatura (Concedente e Conveniente) + planos autorizados pela SEGOV + parâmetros básicos analisados

71 instrumentos jurídicos sofreram baixa contábil, totalizando R\$10.711.406,80

75 Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação

589 convênios e 145 termos de fomento foram prorrogados de ofício, tendo em vista o disposto no Decreto nº 48.162 de 25 de março de 2021



Superintendência de Imprensa Oficial

1. Informações Financeiras:

a) Receita arrecadada de janeiro a maio 2021

R\$ 22.337.360,90, representando um aumento de R\$ 2.847.596,97 em relação ao mesmo período de 2020, o que corresponde a 14,61% de acréscimo na receita total no mesmo período. 65 processos de Convênios aprovados: inclui os instrumentos que estão em processo de assinatura (Concedente e Convenente) + planos autorizados pela SEGOV + parâmetros básicos analisados.



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MINAS GERAIS – SIAFI-MG E

CONTROLE INTERNO

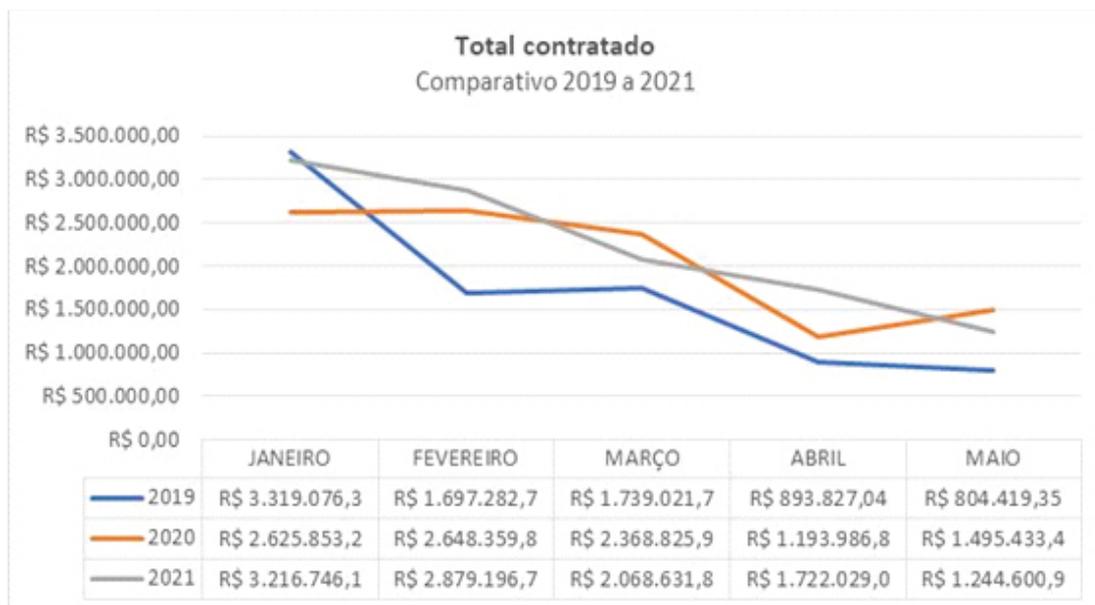


FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MINAS GERAIS – SIAFI-MG E

CONTROLE INTERNO

b) Celebração de contratos e termos aditivos:

Foram firmados 257 instrumentos, totalizando uma receita potencial de R\$ 11.131.204,67, representando um aumento de R\$ 798.745,42 (7,2%) em relação ao mesmo período de 2020, e de 24,1% se comparado ao mesmo período em 2019, marco inicial da atual gestão. Os dados estão detalhados nos gráficos abaixo:



SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – SIAD-MG

E PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – SIAD-MG

E PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2. Projetos

a) Ampliação do acesso ao acervo do Diário Oficial Minas Gerais

Descrição: Ampliar o acesso às informações publicadas no Diário Oficial de Minas Gerais que não estão disponíveis na internet, simplificando a forma de acessá-las e zelando pela preservação do acervo existente, por meio da conversão de microfilme para arquivo digital, de todas as publicações já realizadas do Diário do Executivo, aplicação de tecnologia OCR, para tornar os arquivos pesquisáveis e posterior disponibilização no site do jornal Minas Gerais.

Status: Foram pactuadas parcerias, inclusive com a Assembleia Legislativa, e locado leitor de microfilmes para a digitalização de acervos microfilmados do Diário Oficial. Com todas as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, as atividades da digitalização e da organização dos arquivos avançam, tanto quanto possível.

Parcerias: Foram estabelecidas parcerias com a Secretaria de Estado de Educação, Ipsemg e ALMG para operacionalização da digitalização. Nesse contexto, a ALMG, por meio da Gerência-Geral de Documentação e Informação, cedeu, a título de

empréstimo, acervo microfilmado do Diário Oficial "Minas Gerais", relativo ao período de 21/04/1892 a 30/04/1999, perfazendo um total de 575 caixas de rolos de microfilmes.

Observações: As efetivas entregas desse projeto dependem da estabilização dos números relacionados ao contágio da Covid-19 e avanço da Onda Verde, do Minas Consciente, na cidade de Belo Horizonte, sede da Segov, possibilitando a retomada das atividades classificadas como não essenciais.

b) Modernização do Diário Oficial

Descrição: Lançamento, em 11 de maio, do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, caderno do Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais (DOMG-e) que tem o objetivo de concentrar as publicações relacionadas às Prefeituras, Câmaras e demais instituições municipais, possibilitando melhor organização das informações e conferindo maior transparência aos conteúdos publicados pelas instituições dos municípios de Minas Gerais.

Disponibilização: O Diário Oficial dos Municípios Mineiros está disponível, de segunda a sábado, no site: www.jornalminasgerais.mg.gov.br.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

1. PANORAMA DE COMPRAS E CONTRATOS CELEBRADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2021

Face às restrições orçamentárias e financeiras do Estado de Minas Gerais, decorrente da pandemia causada pela COVID-19, no período de janeiro a abril deste ano foram adquiridos somente produtos e serviços necessários e indispensáveis para a execução das rotinas administrativas da Secretaria de Estado de Governo, conforme demonstrado a seguir:



Imagem: Pedro Contijo - Imprensa MG

ITEM	CONTRATADA	PROCESSO	PROCESSO SEI	PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO	OBJETO (SÍNTESE)	DATA HOMOLOGAÇÃO	DEMANDANTE	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
1	VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA	1491031 000002/2021	1490.01.0000428/2020-98	Registro de preços não realizado no SIRP	Prestação de serviços de reserva, emissão, remarcação ou alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, e rodoviárias nacionais.	03/03/2021	Diretoria de Gestão e Logística	R\$ 199.389,96
*2	OI MOVEIS S/A "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1491031 000003/2020	1490.01.0000977/2021-16	Outras contratações	Adesão a Rede IP para atendimento ao Escritório de Representação em Brasília	19/03/2021	Escritório de Representação em Brasília	R\$ 2.151,19
3	DATEN TECNOLOGIA LTDA	1491031 000004/2021	1490.01.0000931/2021-94	Registro de preços não realizado no SIRP	Aquisição de computadores móveis (NOTEBOOKS)	25/03/2021	Assessoria Estratégica	R\$ 45.960,00
4	ADELIO JOSE DO NASCIMENTO, RAFTECO COMERCIO, RC RAMOS COMERCIO, SMA IDEIA DISTRIBUIDORA, MAQNETE COMERCIO, BELCLIPS DISTRIBUIDORA, PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA, TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BAROLOMEU	1491031 000005/2021	1490.01.0001370/2021-75	Registro de preços realizado no SIRP	Aquisição de materiais de escritório e informática	29/03/2021	Diretoria de Gestão e Logística	R\$ 19.932,72
5	C O AMARAL	1491031000006/2021	1490.01.0001249/2021-44	Cotação Eletrônica	Aquisição de water cooler radiador 240mm, dual fan, sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência	27/04/2021	Assessoria Estratégica	R\$ 1.048,00

***OBSERVAÇÃO: O PROCESSO DISCRIMINADO NO ITEM 2 TRATA-SE DO RECADASTRAMENTO DO PROCESSO 1491031 22/2017 E FOI ELABORADO PARA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR – DEA, NOS TERMOS DO PROCESSO SEI 1490.01.000977/2021-16.**

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – SIAD-MG

E PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

·Total de processos iniciados e homologados no período de janeiro a abril de 2021: 05 (cinco) processos, sendo que um deles trata-se do cadastramento do processo 1491031 22/2017.

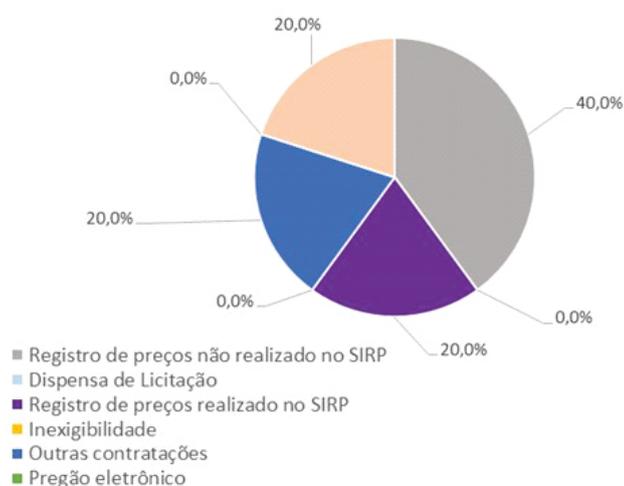
·Valor total homologado: R\$268.481,87 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos).

Destaca-se que:

I - 60% (sessenta por cento) das aquisições ocorridas no período de janeiro a abril deste ano foram realizadas por meio de adesões à registros de preços, cumprindo o disposto no inciso II do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93, que determina que as compras, sempre que possíveis, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.

II – 80% (oitenta por cento) das aquisições foram demandadas por esta Diretoria de Gestão e Logística – DGL e pela Assessoria Estratégica – AES, setores responsáveis pela logística e tecnologia da informação na SEGOV.

2. TOTAL DE COMPRAS POR TIPO DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO



SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – SIAD-MG
 E PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Além das compras relacionadas acima, cumprindo o disposto no art. 15, II da Lei 8666/93 e buscando garantir maior economicidade para administração pública foram realizadas 5 (cinco) adesões a atas de registro de preços, conforme demonstrado a seguir:

ORDEM 01

- Nº PLANEJAMENTO RP: 11/2021

- PRODUTO OU SERVIÇO: COMPRA CENTRAL - COMBUSTÍVEIS

ORDEM 02

- Nº PLANEJAMENTO RP: 37/2021

- PRODUTO OU SERVIÇO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ORDEM 03

- Nº PLANEJAMENTO RP: 62/2021

- PRODUTO OU SERVIÇO: CERTIFICADO DIGITAL

ORDEM 04

- Nº PLANEJAMENTO RP: 81/2021

- PRODUTO OU SERVIÇO: AQUISIÇÃO DE DESKTOP, NOTEBOOK E TABLET

ORDEM 05

- Nº PLANEJAMENTO RP: 96/2021

- PRODUTO OU SERVIÇO: COMPRA CENTRAL - AQUISIÇÃO DE SOFTWARES

Ressalta-se que, das adesões efetuadas, somente à relativa ao fornecimento de combustíveis foi homologada até abril deste exercício.

3. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

No que se refere aos contratos administrativos, em que pese às restrições orçamentárias e financeiras, em virtude das necessidades dos serviços e por se tratarem de contratações essenciais para o funcionamento das atividades desta Secretaria de Estado de Governo encontram-se vigente nesta Pasta 35 (trinta e cinco) instrumentos.

ITEM	CONTRATADA	CONTRATO	PROCESSO	PROCESSO SEI	OBJETO (SÍNTESE)	VIGÊNCIA ATUAL	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR TOTAL CONTRATADO
1	PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A	9251178	1491031 000006/2020	1490.01.0001153/2020-20	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÁLCOOL COMUM HIDRATADO E ÓLEO DIESEL SUBTIPO S-10) E DA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	07/07/2020	07/07/2021	R\$ 27.549,00
2	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9195724	1491031 000013/2018	1490.01.0000524/2018-34	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA INTEGRAÇÃO REDE IP MULTISSERVIÇOS, PARA ATENDER O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA.	21/07/2020	21/07/2021	R\$ 7.872,00
3	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	9074722	1501559 89-2016	1490.01.0003229/2019-37	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE BENS E PESSOAS, APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL, VISANDO A ATENDER A CONTINUIDADES DO FLUXO DOS TRABALHOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES MEIO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ANEXAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	02/08/2016	01/08/2021	R\$6.790.500,68
4	KR CARIMBOS & SERVICOS GRAFICOS EIRELI - ME	9144843	1501558 000032/2017	1490.01.0002421/2018-31	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CARIMBOS	06/08/2020	06/08/2021	R\$ 15.945,00
5	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	9149829	1491031 000019/2017	1490.01.0003561/2018-97	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO E LIMPEZA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DA SEGOV.	12/08/2020	12/08/2021	R\$ 52.665,63
6	LOCALIZA RENT A CAR S/A	9220023	1491031 000020/2019	1490.01.0004095/2019-32	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS E PEQUENAS CARGAS.	23/08/2020	23/08/2021	R\$ 150.247,10
7	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9220125	1491031 000019/2019	1490.01.0003334/2019-15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SERVIDORES 1U E 2U, DE PROPRIEDADE DA SEGOV, INCLUINDO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO.	25/08/2020	25/08/2021	R\$ 605.596,32
8	HIPER CHAVES LTDA -ME	9220542	1491031 000018/2019	1490.01.0003766/2019-88	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO, FORNECIMENTO DE CHAVES, REPOSIÇÃO, CONSERTO OU TROCA DE CHAVES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSÁRIO.	13/09/2020	13/09/2021	R\$ 12.675,00
9	CONSÓRCIO TELEMAR/OI S.A	9196765	1491031 000015/2018	1490.01.0003634/2018-66	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, FIXO PARA FIXO E FIXO PARA MÓVEL, PARA ATENDER O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA.	20/09/2020	19/09/2021	R\$ 999,43
10	CLARO S/A	9197245	1491031 000016/2018	1490.01.0003442/2018-12	PRESTAÇÃO MENSAL DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), NA MODALIDADE LOCAL, TRÁFEGO LOCAL EM CHAMADAS FIXO PARA FIXO E FIXO PARA MÓVEL, PARA ATENDIMENTO AO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO EM BRASÍLIA.	20/09/2020	19/09/2021	R\$ 9.812,51

ITEM	CONTRATADA	CONTRATO	PROCESSO	PROCESSO SEI	OBJETO (SÍNTESE)	VIGÊNCIA ATUAL	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR TOTAL CONTRATADO
11	MEMORA PROCESSOS INOVADORES LTDA	9196641	1571002 000005/2018	1570.01.0000208/2018-19	CONTRATO PARA ATUALIZAÇÃO DO AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO VMWARE POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE COM SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA.	21/09/2018	20/09/2021	R\$ 177.900,00
12	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO	9262669	1491031000007/2020	1490.01.0003277/2020-96	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DENOMINADO “INFOCONV”, QUE CONSISTE NA DISPONIBILIZAÇÃO AO CONTRATANTE DO ACESSO ÀS BASES DE DADOS DOS SISTEMAS DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB): CPF, CNPJ E CND.	05/10/2020	04/10/2021	R\$ 17.126,16
13	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9196951	1571002 000009/2018	1570.01.0000528/2018-12	SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO SIGNA (APLICATIVO E INFRAESTRUTURA DE HARDWARE/SOFTWARE) PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS DIGITALMENTE NAS MODALIDADES AD-RB E AD-RT-SECCRI	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 13.542,65
14	SUPER ESTAGIOS LTDA	9263217	1491031 000010/2020	1490.01.0006014/2020-14	CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO (ESTAGIÁRIOS).	19/11/2020	19/11/2021	R\$ 101.217,60
15	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9232268	1491031 000022/2019	5140.01.0000449/2019-87	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA A INTEGRAÇÃO À REDE GOVERNO, COMPOSTA PELA REDE IP MULTISSERVIÇOS E PELA REDE PRODEMGE. VICE GOVERNADORIA	07/12/2020	07/12/2021	R\$ 54.000,00
16	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	9264713	1491031 000017/2020	1634.01.0000373/2020-50	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE, POR 12 MESES.	10/12/2020	09/12/2021	R\$ 9.327,00
17	COPY 1000 COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - EPP	9264734	1491031 000011/2020	1490.01.0005360/2019-21	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE LEITOR/DIGITALIZADOR (SCANNER) DE MICROFILMES DE 16MM E 35MM (COM TECNOLOGIA OCR - OPTICAL CHARACTER RECOGNITION), INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO EQUIPAMENTO, ASSIM COMO O FORNECIMENTO DE TODAS AS PEÇAS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIAS.	10/12/2020	09/12/2021	R\$ 39.996,00
18	PARK CAR ONE ESTACIONAMENTOS LTDA	9192667	1491031 000007/2018	1490.01.0000731/2018-71	LOCAÇÃO DE VAGAS DE GARAGEM PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	19/12/2020	19/12/2021	R\$ 19.200,00
19	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9270050	150156100070/2020	1490.01.0000050/2021-19	CONTRATAÇÃO CENTRALIZADA NA SEPLAG PARA FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA NO PADRÃO ICP BRASIL	31/12/2020	30/12/2021	R\$ 6.224,00
20	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9261441	1491031000008/2020	1490.01.0005546/2020-40	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SISTEMAS EM AMBIENTE DEDICADO – BAIXA PLATAFORMA (SIGCON-SAÍDA OPERAÇÃO ASSISTIDA / GRP).	10/03/2021	09/01/2022	R\$ 42.063,90

ITEM	CONTRATADA	CONTRATO	PROCESSO	PROCESSO SEI	OBJETO (SÍNTESE)	VIGÊNCIA ATUAL	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR TOTAL CONTRATADO
21	CLARO S/A	9241314	1491.031.000001/2020	1490.01.0003204/2019-33	CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR ESPECIALIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), ENGLOBANDO TRÁFEGO DE DADOS E ACESSO À INTERNET, SERVIÇOS TELEFÔNICOS MODALIDADE LOCAIS, MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, PARA LIGAÇÕES EXCLUSIVAMENTE ORIGINADAS DOS TERMINAIS MÓVEIS DO PLANO CORPORATIVO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, EM COMODATO.	25/01/2021	25/01/2022	R\$ 7.306,83
22	INTELEGENCIA DE NEGOCIOS, SISTEMAS E INFORMATICA LTDA	9270180	1491031 000018/2020	1490.01.0007541/2020-10	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS QLIK SENSE, SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE.	27/01/2021	26/01/2021	R\$ 230.000,00
23	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9241754	1491031 000033/2019	1490.01.0006936/2019-52	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS PROGRAMADA NO SIGCON-MG - MÓDULO SAÍDA E NO CAGEC	26/02/2021	26/02/2022	R\$ 3.094.084,00
24	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9219798	1491031 000017/2019	1490.01.0003940/2018-49	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (INTEGRAÇÃO SIGCON - SAÍDA COM GRP E ADAPTAÇÃO DO CAGEF DIGITAL PARA O NOVO CAGEC COM INTEGRAÇÃO AO GRP)	01/03/2021	28/02/2022	R\$ 1.644.540,00
25	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9243235	1491031 000002/2020	1490.01.0006670/2019-56	SERVIÇO DE ACESSO VPN (VIRTUAL PRIVATE NETWORK): OBJETIVA DAR MAIOR FLEXIBILIDADE E AGILIDADE AO ACESSO AOS SISTEMAS E SERVIÇOS DISPONÍVEIS NO DATA CENTER DA CONTRATADA.	12/03/2021	12/03/2022	R\$ 7.680,00
26	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9211891	1491031 000002/2019	1490.01.0003798/2018-03	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA: LIBERAÇÃO DE ACESSO DE USUÁRIOS ÀS SOLUÇÕES DE BUSINESS INTELLIGENCE QUE ESTÃO DISPONÍVEIS PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.	21/03/2021	21/03/2022	R\$ 55.728,00
27	VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÃO LTDA	9271655	1491031 000002/2021	1490.01.0000428/2020-98	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO OU ALTERAÇÃO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E RODOVIÁRIAS NACIONAIS.	24/03/2021	24/03/2022	R\$ 199.389,96
28	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	9181468	1491031 000003/2018	1490.01.0000144/2018-12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE EM CENTRAIS TELEFÔNICAS, PARA ATENDER O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO EM BRASÍLIA.	01/04/2021	01/04/2022	R\$ 7.458,60

ITEM	CONTRATADA	CONTRATO	PROCESSO	PROCESSO SEI	OBJETO (SÍNTESE)	VIGÊNCIA ATUAL	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR TOTAL CONTRATADO
29	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9241223	1491031 000031/2019	1490.01.0007454/2019-34	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SIGCON-MG – MÓDULO SAÍDA E CAGEC (SEGOV): HOSPEDAGEM DE SISTEMAS EM AMBIENTE DEDICADO BAIXA PLATAFORMA, GERENCIAMENTO DE CONTEÚDO PROECM, CERTIFICADO DIGITAL SERVIDOR PRODEMGE SERVIDOR WEB HIERARQUIA INTERNACIONAL E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA O CAGEC E DOS SEGUINTE SERVIÇOS PARA O SISTEMA ORÇAMENTÁRIO – SISOR E SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIO – MÓDULO ENTRADA – SIGCON – ENTRADA (SEPLAG): HOSPEDAGEM DE SISTEMAS EM AMBIENTE DEDICADO BAIXA PLATAFORMA E CERTIFICADO DE SERVIDOR WEB – ICP BRASIL	04/01/2021	04/04/2022	R\$ 597.599,48
30	DATEN TECNOLOGIA LTDA	9275363	1491031 000004/2021	1490.01.0000931/2021-94	AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK.	10/04/2021	10/04/2022	R\$ 45.960,00
31	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	9216907	1491031 000011/2019	1490.01.0004350/2018-37	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SEGOV.	03/05/2019	03/05/2022	R\$ 9.720,00
32	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9187352	1491031 000005/2018	1490.01.0000128/2018-56	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA: INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS, DE CONECTIVIDADE, DE SISTEMAS E SERVIÇOS PARA PERMITIR O ACESSO E O TRÁFEGO DE INFORMAÇÕES ENTRE ESTAÇÕES DE TRABALHO OPERANDO COM PROTOCOLO DE REDES TCP/IP E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO HOSPEDADOS EM AMBIENTE MAINFRAME.	06/05/2021	05/05/2022	R\$ 35.868,00
33	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PRODEMGE	9187680	1491031 000002/2018	1490.01.0000052/2018-71	PRODUÇÃO DE SOLUÇÃO DE BUSINESS INTELLIGENCE PARA A VERSÃO 1.0 DO SIGCON-MG - MÓDULO SAÍDA	27/05/2021	27/05/2022	R\$ 76.254,72
34	TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	9219676	1491031 000016/2019	1490.01.0002426/2019-87	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DA SEGOV.	20/07/2019	20/07/2022	R\$ 62.500,00
35	OI MOVEL S/A "EM RECUPERACAO JUDICIAL	9261545	1491031 000012/2020	1500.01.0019653/2020-08	DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO REDE IP MULTISSERVIÇOS SEGOV	28/05/2020	27/05/2025	R\$ 145.334,40

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – SIAD-MG

E PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4. CONTRATOS DE RECEITA

Dentre as atribuições desta Secretaria, inclui-se a elaboração de minutas de contratos de prestação de serviços de publicações de atos no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, determinados por lei, para contratações entre a Superintendência de Imprensa Oficial – SIOMG/SEGOV, e órgãos de natureza pública e privada, com entrada de recursos para a Administração Pública.

Atualmente a Secretaria de Estado de Governo dispõe de 401 (quatrocentos e um) contratos de receita, firmados com órgãos públicos estaduais, municipais e empresas públicas.

5. DIRETORIA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Em conjunto com a Assessoria Estratégica foi realizado o mapeamento dos processos executados pela Diretoria e consequentemente a sua adequação ao Código de Defesa do Usuário do Serviço Público - Lei Federal nº 13.460/17, a fim de tornar acessível ao cidadão os serviços públicos ofertados.

Nesse seguimento, também foi atualizada a carta de serviços disponível no Portal MG, bem como no site da SEGOV em observância a Política de Simplificação dos serviços públicos instituída pelo Governo do Estado, por meio do Decreto nº 47.441 de 2018.

Em abril de 2021, foi implementado o projeto de digitalização dos documentos, que contém o histórico laboral dos serventuários de cartório, atualmente arquivados em pastas funcionais físicas e em microfilmes para inclusão no Sistema de Indexação de Documentos em Pastas Funcionais Eletrônicas (SIPE).

Além da preservação do acervo, a digitalização dos documentos tem como objetivo a otimização dos processos de trabalho e o aumento da eficiência nos serviços prestados.

GOVERNO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.